

Trabalho recebido em:

16/03/2005

Aprovado para publicação em:

19/09/2005

Cristiano Ramalho

Mestre em Sociologia (UFPE), Doutorando em Ciências Sociais (Unicamp) e integrante do Centro de Estudos Rurais (CERES/ UNICAMP).

E-mail: cwnramalho@yahoo.com.br

O MUNDO DAS ÁGUAS E SEUS LAÇOS DE PERTENCIMENTO¹

RESUMO

Este texto discute as práticas tradicionais de pertencimento existentes entre pescadores artesanais embarcados, como formas de uso comum e particular do território aquático que se articulam e que são organizadas pelos mestres de pescaria. Para tanto, focalizo, a partir de uma abordagem comparativa, modo de vida de pescadores que voltam sua atividade produtiva para ambientes naturais distintos no estado de Pernambuco (uma comunidade marítima no litoral sul – Suape – e outra estuarina na costa norte – Itapissuma).

Palavras-chave: sociologia da pesca, gestão de pesca, pescadores artesanais

THE WATER WORLD AND THE FISHERMEN' TRADITIONAL PRACTICES

ABSTRACT

This text discuss the traditional practices of water use among embarked fishermen. It is a singular form of common use of the aquatic territory which are organized by the fishery masters. I adopt a comparative approach to study the way of life of fishermen. They develop their productive activities in distinct natural environments in the State of Pernambuco – a maritime community in the south shore (SUAPÉ) and an estuarine in the north coast (Itapissuma).

Key words: fishery sociology, fishery management, fisherman.

¹ O artigo baseia-se no capítulo final de minha dissertação em Sociologia: RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. "Ah, esse povo do mar!": trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. Recife, UFPE, 2002. Estudo esse que contou com a orientação da Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE).

1. O SENTIMENTO DE PERTENÇA COMO POSSE DAS ÁGUAS ENTRE PESCADORES ARTESANAIS

O mar batia em meu peito, já não batia no cais
(Carlos Drummond de Andrade)

É essencial entender, aqui, o sentimento de pertença como maneiras de posse diferenciadas (individual e comunal) das águas, que se combinam enquanto usos do território aquático efetivados pelos pescadores artesanais de Itapissuma² e Suape³.

Pertencer à pesca artesanal é estabelecer relações de pertencimento com o mar, é elaborar, rigorosamente, uma comunhão com esse recurso ecológico. Se entre uma tripulação embarcada deve existir o sentimento de irmandade, com as águas marítimas e estuarinas, essa dinâmica não é diferente. Ser pescador artesanal embarcado⁴ é pertencer também aos ritmos e segredos das águas e das representações provocadas e alimentadas por esse recurso ecológico no cotidiano dos trabalhadores pesqueiros e na capacidade de gestão socioambiental dos mesmos.

Há subjacente a esse diálogo produtivo, uma relação de sentimento que ajusta os homens ao território aquático. Nesse caso, o mar e os pescadores são cúmplices históricos, e cada um alterna instantes que formam sujeitos, em um tempo, e objetos, noutro momento, resultado de uma dialética ininterrupta entre o ser humano e a natureza.

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo* [grifos do próprio autor], com o qual ele tem que ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (Marx, 2004: 84).

O sentimento de pertença também se traduz, dentre

outros fatores, na capacidade que o pescador tem de descobrir as melhores rotas de navegação, os caminhos mais promissores para se tirar o que as águas têm de bom a oferecer. De fato, saber os caminhos das águas é fundamental para ser pescador. Esse elo de pertencimento possibilita aos pescadores elaborar formas de apropriação da natureza, maneiras de manejo comum, revelando que pertencer ao mar é, acima de tudo, a faculdade de conhecê-lo em profundidade, um elemento capaz de tecer modos de convívio diário com tal ambiente.

Cabe acrescentar que tomo como referência a idéia de pertencimento que, inicialmente, foi definida pelo sociólogo francês Henri Mendras (1978) ao analisar o campesinato, pois acredito que esse conceito seja útil para se compreender a realidade dos pescadores artesanais:

A coincidência entre laços de parentesco e território, completada pela posse de uma fração desse território, pode fazer com que o pertencimento à aldeia e o pertencimento a uma parentela sejam indissociáveis: “aqui” é “uma só família” e todos estão “em casa” (Idem, p. 88).

Esse debate vai encontrar também diálogo com o estudo da antropóloga Emília Godoi (1999) sobre camponeses do sertão piauiense; a autora buscou entender as práticas de uso e posse da territorialidade a partir da memória coletiva de um grupo de camponeses, já que “essa memória passa a atuar como criadora de solidariedade, produtora de identidade e portadora de imaginário, erigindo regras de pertencimento e exclusão que delimitam as fronteiras sociais do grupo” (Idem: 15). A memória desses camponeses, que se ampara numa ética de sistema de posse da terra, vai ser atualizada, em suas práticas, para referendar a ocupação do território diante de situações de pressão. A recriação dos laços de pertencimento, que vão permitir a sobrevivência deles, também constitui estratégias de reprodução adotadas pelos pescadores artesanais, que estão estruturadas de acordo com um código de éti-

² Itapissuma é um município que integra também a Região Metropolitana e está a 40 km da capital pernambucana, Recife, possuindo uma população de cerca de 20.000 habitantes, segundo os dados censitários do IBGE do ano 2000. Sua pesca é feita no estuário do Canal de Santa Cruz, cuja ambiente tem a maior produção de pescados do estado.

³ Estando 52 Km de Recife e compondo sua Região Metropolitana, Suape tem, aproximadamente, 1.200 habitantes e se localiza no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴ A utilização do termo embarcado é realizada pelos próprios pescadores artesanais de Itapissuma e Suape. Eles o empregam para caracterizar os pescadores que usam barcos (bote, canoa, baiteira, jangada) nas águas marítima e estuarina, de modo artesanal. Portanto, não tem o mesmo sentido usado pelos pescadores do Sul e Sudeste do Brasil, que utilizam esse termo para classificar pescadores que trabalham em barcos do setor industrial, no mar alto, enquanto assalariados. Esse tipo de pescaria não contempla o trabalho feminino. Sobre isso consultar Woortmann (1992) e Ramalho (1999).

ca, que vai orientar e ordenar a apropriação do ambiente pesqueiro, como já mostrou Cordell (1989 e 2001).

É claro que há agudas diferenças no que se refere à noção de posse de um território por parte dos camponeses em relação aos pescadores, posto que os últimos lidam com um recurso que, na maioria das vezes, é de acesso livre e móvel. Porém, os territórios mar e estuário⁵ são apropriados de modo similar de acordo com o conhecimento que esses trabalhadores têm sobre o ambiente pesqueiro e seus melhores locais de pescaria.

O conhecimento pesqueiro – traduzido em suas formas de gestão – é patrimonial, ancestral, que transborda de geração a geração, tanto pela força da oralidade, como no ato de ver alguém mais velho pescando. É, a partir daí, que os segredos aquáticos são revelados aos mais novos, e que se entende as artimanhas das águas. Assim, pesqueiros são desvendados, caminhos descortinados, técnicas de manejo das armadilhas e náuticas trazidas à luz, explicitando as maneiras e os métodos usados para se mapear e utilizar o território mar-de-dentro e mar-de-fora⁶.

Ver, fazer e conservar na mente o aprendido é o caminho para se tornar um pescador. De fato, essa aprendizagem nunca foi feita diferentemente, porque a sua rotina sempre foi essa, passando de avô para o pai, do pai para o filho, dos mais velhos para os mais jovens e/ou dos mestres para o restante da tripulação embarcada. O sentido da tradição ganha contornos nítidos nessas falas. Pescar artesanalmente é ligar homens às práticas tradicionais, reproduzindo sistemas socioculturais, e às maneiras de gestão e ordenamento do ambiente. Para viver da pescaria, o exercício do trabalho referenda-se em ações patrimoniais, que se recriam em situações nas quais se afirmam as características econômicas e simbólicas de existência dos pescadores na sociedade.

O que tem que ser entendido é o fato de que o movimento concretizado na dialética entre pescador e a totalidade social (expansão do modo de produção capitalista, turismo, ações dos demais atores sociais e outros) faz com

que a tradição pesqueira seja recriada como ancoradouro em que os pescadores buscam também condições de sua reprodução social diante das questões objetivas que se deparam (impactos ambientais, por exemplo). Assim, reformular estratégias de gestão do espaço liga-se ao conhecimento adquirido do passado, “que se efetiva no próprio processo de trabalho, ou seja, se produz e atualiza-se concomitantemente à prática de produção concreta” (Britto, 1999: 73).

O estuário e o mar são objetos dos mapas cognitivos formulados pelos pescadores, que apontam bancos pesqueiros (locais de abrigo, de alimentação e viveiro de peixes) e locais impróprios para se dar lanço⁷. Esses mapas cognitivos brotam, sobretudo, da experiência acumulada pelos pescadores no transcurso dos anos de pescaria. Dessa maneira, mais do que ninguém, o mestre de pescaria é prioritário para que as equipes de trabalho atinjam seus objetivos ao se locomoverem com sentido, praticamente, exato.

Uma embarcação sem mestre é uma embarcação sem direção, sem rota segura e prevista, embora essa previsão seja ocultada pela pessoa do mestre e pelos grupos de pescaria que navegam sob seu comando. Cada mestre tem seus roteiros e seus caminhos no mar, porque formam seus próprios mapas cognitivos dos espaços aquáticos, que são confirmados nos percursos articulados e desenvolvidos junto às baiteiras (canoas de menor porte) e aos barcos que ele comanda nas águas (Diegues, 2000; Ramalho, 2002). Além disso, há locais de uso comum que são conhecidos e usados por todos os homens que embarcam.

É claro que alguns pesqueiros não permanecem muito tempo ocultos por um mestre, seja porque, na maioria das vezes, alguém já viu seu grupo pescando em determinada área, seja porque um dos membros de sua equipe a deixou em troca de outra, ou ainda devido ao fato de que montaram suas próprias tripulações pesqueiras e socializaram sua localização. Assim, tais pesqueiros passam a ser patrimônio comunitário sem ser hegemônico, então, por nenhum homem ou tripulação. Ou seja, mesmo que um território sofra a lei do segredo, os pescadores sabem que

⁵ Desembocadura de rio e espaço de confluência diária (em torno de duas vezes) das águas doces dos rios e salgadas do oceano (mar), onde há o ecossistema de manguezal, rico em biodiversidade, tanto em plantas como animais, sendo, por isso, detentor de uma pluralidade de organismos aquáticos e, também local propício a ser berçário para a reprodução de diversas espécies de pescados (peixes, caranguejos, siris, mariscos, ostras).

⁶ Os termos mar-de-dentro e mar-de-fora são definidos pelos próprios pescadores das áreas estudadas, que os empregam para diferenciar a pesca feita antes e depois da arrebentação do mar. Quem passa da arrebentação é um pescador de mar-de-fora; e quem pesca em rios, estuários, e na praia, não chegando a ultrapassar a barreira natural, trabalha no mar-de-dentro.

⁷ Lanço (ou lance) tem o mesmo sentido que pesqueiro, e/ou significa o ato do pescador atirar a rede sobre o cardume.

ele, cedo ou tarde, tornar-se-á uma área utilizada pelos pescadores, de um modo geral, como um bem comum. Assim, muitas descobertas individuais acabam sendo, no futuro, um patrimônio de todos.

Como se vê o segredo e a partilha articulam-se, alternam-se, separam-se e servem de estratégias cotidianas do grupo societário dos homens estuarinos e marítimos, sem existir dicotomias, rígidas oposições entre essas formas de posse (individual e coletiva). Na realidade, os pesqueiros ocultados são fundamentais para a produtividade dos lanços comunais, porque bloqueiam possibilidades de super exploração de pescados nessas áreas e minimizam surtiamentos de disputas pela utilização das localidades comuns.

Apesar da existência do uso comum, guardar o segredo sobre um pesqueiro é ainda crucial para o mestre e/ou a equipe que ele conduz, pois revela seu talento. O segredo é uma arma fundamental na pesca artesanal, que precisa ser constantemente usada. O segredo, de fato, é um dos cernes primordiais para manutenção do respeito ao mestre, porque este tem que possuir um acervo de segredos, ou o melhor desses segredos, elementos que compõem uma das formas de pertencimento. Ninguém pode cobrar de um mestre que ele revele seus segredos (nem mesmo um filho), porque esse é um atributo conquistado. Para alguém extrair um segredo de um mestre é preciso merecê-lo.

Esse processo de merecimento é determinado, sobretudo, pelo grau de parentesco. Normalmente, o legado do segredo é repassado a um dos filhos ou a outro parente do mestre (sobrinho, neto, afilhado), já que a família é a unidade de trabalho. Nenhuma pessoa é mais indicada para manter ou deixar um segredo do que um dos membros da própria parentela, e é por esse motivo, que se pesca em família.

Quando falo do segredo, não me refiro somente à ocultação de um pesqueiro, mas às melhores técnicas utilizadas em certos instantes para pescar: os ventos mais indicados, o calendário lunar e as marés. Esse conhecimento natural revela o domínio da ciência da pesca, cuja capacidade “confere legitimidade à *pescaria* [grifo da autora] como sistema produtivo e como substrato da organização social dos pescadores, ao mesmo tempo em

que os identifica como uma espécie de ‘donos do mar’” (Britto, 1999: 77).

Em Suape, saber guiar-se pelas estrelas e entender, principalmente, os ventos, tornam-se meios necessários para se alcançar os pesqueiros e para definir o tempo que um pescador pode gastar para lá chegar. Os ventos ganham em importância devido ao tipo da plataforma continental nordestina que não é grande e possui baixa profundidade, fazendo com que as correntes marítimas sofram suas influências. Mesmo que outro grupo de pescaria saiba onde se localiza um lanço, a leitura correta dos elementos mencionados permite, em vários casos, que uma embarcação, através do mestre que domina a correlação dos aspectos naturais (vento, estrelas, maré), alcancem mais rapidamente os bancos de pescados.

Entre embarcações diferentes no mar, não há união. É o seguinte: se eu descobrisse um lanço de peixe e outro grupo passasse perto, na hora, eles quando chegassem na praia iam dizer: “Luiz, encontrou um lanço de peixe. E ele amanhã deve ir pra lá”. Se ele tá contando a outro pescador, ele pode sair mais cedo pra ir pegar peixe naquele lanço, mesmo sendo amigo na praia. Por exemplo, eu deixei a terra pra dar um lanço no lugar chamado Banquinho, que eu sabia que tinha peixe lá, e o outro também sabia. Só que o vento era pouco sudoeste, o que é que eu fazia, o meu barco e o dele estavam usando a vela, e eu via que eles iam chegar primeiro do que eu, aí eu era rápido na vara. Pegava ela e tocava com meus companheiros pra lá. Assim, enquanto eles iam na vela, eu, na vara, cheguei primeiro do que eles (Luiz Augusto da Silva, 60 anos, pescador de Suape).

Ademais, dominar esses requisitos é importante para se navegar, com segurança, no espaço aquático marítimo. Já os pescadores de Itapissuma escolhem as marés mais aptas a se pescar de acordo com o tipo de lua, pois as marés estuarinas são regidas pela força gravitacional da lua. Quando a lua está em sua fase cheia, nova, crescente e minguante formam-se marés importantes como a de lançamento⁸, quebramento⁹ e a morta¹⁰. Para os pescadores embarcados mais experientes, a melhor maré é a de lançamento, porque o oceano lança, com mais força, suas águas em direção aos estuários, principalmente na lua cheia, havendo uma troca maior de vida entre

⁸ É quando a lua sai de sua fase pequena para a grande. Quando ela atinge o ápice na lua cheia, minguante, crescente e nova, nos três primeiros dias, formam-se as melhores marés de lançamento para pescar.

⁹ A maré de quebramento é quando a lua sai de sua fase grande (cheia ou nova), e é aí que se forma a maré de quebramento.

¹⁰ Fase intermediária entre a maré de lançamento e quebramento. Nesse período, há uma menor troca entre as águas salgadas do oceano e doces do rio. A maré enche pouco e vazava pouco também.

o mar-de-dentro como o mar-de-fora e vice-versa. Isso ganha significado maior devido às características do ambiente estuarino do Canal de Santa Cruz, que dependem, sobretudo, desse fluxo aquático entre as águas doces (rios) e salgadas (Oceano Atlântico).

No período em que a maré começa a encher, como no momento em que começa a vaziar, é o tempo favorável ao trabalho pesqueiro estuarino e dos tipos de pescarias a serem utilizadas para a captura dos pescados. Para a pesca embarcada (mangote¹¹, espera¹² e tarrafa¹³), entender a relação entre maré e a lua é prioritário. O tempo para se pescar é o tempo da natureza, e os pescadores que têm controle e conhecimento sobre os períodos mais adequados para pescar conseguem sair-se melhor. Esse saber do pescador, denunciado através de seu trabalho, ordena o uso do espaço aquático e gerencia suas potencialidades no que concerne aos melhores momentos e lugares para se pescar, expressando, mais do que qualquer outra coisa, uma extrema cumplicidade com as características e ritmos do ambiente estuarino. Dos tipos de pescaria, a pesca de mangote é a que apoia-se mais no uso comunitário das águas, devido às suas próprias características de cerco e de tamanho de sua rede.

Diferentemente do pescador de Itapissuma, o trabalhador do mar de Suape tem que deslocar-se e ir atrás dos melhores locais para se pescar no mar, sendo “mais independentes” dos fluxos das marés e dependentes dos ventos para ir buscar os cardumes no mar-de-fora, em seus pesqueiros. Essa situação leva a um maior deslocamento dos trabalhadores pesqueiros que vão à procura dos locais

que têm pescados e abandonando, ao menos temporariamente, os que não têm, exigindo, devido à “infinitude” do oceano, ter uma boa memória para lembrar da localização dos pesqueiros. Assim, a rede de espera e a pesca de linha, nesse cenário, são empregadas nas proximidades e nos locais onde há os pesqueiros. Quando esses locais são de domínios comunitários, há uma ordem de seqüência que deve ser respeitada no mar e/ou se combina, em certas situações em terra, quem deve utilizar tais espaços em determinados dias, marés e/ou horários.

Soma-se isto à capacidade que os pescadores devem ter para identificar os tipos de cardumes na hora de dar lançamento no estuário, pois um erro de interpretação sobre os cardumes representa um esforço desnecessário e, o que é pior, tempo perdido.

Quando a gente encontra uma pancada de peixe, o cabra descobre o local que tá o peixe. Aí, os peixes ficam perneando. Os bons pescadores conhecem, porque eles vêem na mancha, vêm perneando. A de manjuba é menor e a gente vê pela pancada que ela dá na água. Quando a de saúna vem perneando, a gente sabe. Tem que saber, porque a de saúna a gente pega de tresmalho, não de mangote. Se for confundir e botar o mangote, ela (saúna) bate e sai por cima, pois a rede é menor, a malha. Já no tresmalho, não. A gente cerca a saúna e bate. Ela afunda e mete a cara. Morre enforcada, emalhada. Se fosse rede de mangote, elas saltavam tudinho. Os mestres sabem disso. Agora ensinam aos poucos (João da Luz, 40 anos, pescador de Itapissuma).

Como o estuário é um espaço mais limitado geograficamente, se comparado ao oceano, os segredos acerca dos

¹¹ Normalmente, a pescaria de mangote busca aproveitar a volta do pescado na maré baixa, quando esta começa a entrar em refluxo e retornar para o oceano e/ou quando a mesma está em baixa. Nesses momentos, os pescadores tentam capturar os peixes que acompanham esse movimento de retorno ou a falta dele, cercando-os. Para tanto, utilizam entre cinco (5) a sete (7) – normalmente o número é de seis (6) – homens nesse modelo de pescaria, em que dois (2) descem na água – já rasa – logo que um extremo da rede é arriado no estuário (a outra parte ainda continua na baiteira) e a embarcação vai navegando em sentido que possibilite a construção de um grande círculo, objetivando fechar o cerco e encontrar-se com os dois (2) pescadores, que estão na outra extremidade da rede. Na maioria das vezes, no meio desse círculo, desce mais um (1) pescador para ficar ajeitando a rede, enquanto os demais prosseguem na embarcação. Finalmente, quando o círculo fecha-se, dos três (3) que continuaram no barco, dois entram na água para ajudar a puxar a rede para dentro da baiteira. Em alguns casos, essas redes de mangote chegam até a medir mais de 200 metros de comprimento.

¹² No que se refere à rede de espera, a mesma é usada, normalmente, na maré cheia para pegar o peixe na volta, com o intuito de que estes se emalhem nela. Tem esse nome, devido, é claro, a essa espera pelo cardume imposto pelo ritmo da maré de refluxo. Vale dizer que esse tipo de rede encontra-se também na pesca marítima.

¹³ A rede de tarrafa é usada no período de maré cheia ou quando esta começa a vaziar – para que não se enganche no fundo do estuário, em galhos, pedra grande, etc. –, tendo um formato que, ao ser lançada pelo pescador, abri-se para encobrir os peixes, caindo e depois se fechando sobre os mesmos, devido aos chumbinhos colocados em suas pontas. A tarrafa é utilizada por, no máximo, três (3) homens em uma embarcação, podendo ser trabalhada até por uma (1) pessoa, porém o mais comum, em Itapissuma, é sempre ter dois (2) pescadores. Ambas as redes (mangote e tarrafa) dependem da precisão de como são arremessadas no período do lançamento, na percepção da existência e vinda de cardumes.

pesqueiros são difíceis de serem guardados à vista dos outros. Tal geografia faz com que o uso comum dos melhores pesqueiros tornem-se mais acentuadas em Itapissuma do que em Suape, cabendo ao mestre regular esses processos e afinar sua tripulação para o acesso aos mesmos dentro das regras éticas estipuladas.

2. ACORDOS MORAIS E REGRAS DE USO DAS ÁGUAS

É, pelos mestres, que se estruturam acordos morais e regras de uso das águas nas comunidades pesqueiras, que se ordenam usos comuns e/ou individualizados por parte dos pescadores, através da arte do segredo guardado e do convívio comunitário de algumas zonas de pescas produtivas. Essas formas de posse das águas convivem, mutuamente, sem que haja uma sobreposição de uma pela outra em Suape ou em Itapissuma. Por isso, socializações e indivisões dos lanços dialogam incessantemente no mundo desses pescadores artesanais sem se tornarem antinômias, mundos a parte, mas elos fundamentais para a produção e reprodução social dos pescadores na junção desses dois sistemas.

Quando ocorre contendas, elas são dirimidas e/ou estimuladas por alguns mestres, mostrando que o sistema de uso comum não é sinônimo de algo paradisíaco. Quando os mestres e suas tripulações desafiam as regras existentes, eles estão quebrando um código de honra. Na hora de dar o lançaço, vale quem chegar primeiro, ficando a outra equipe de pescaria na espera de que a tripulação que chegou em sua frente termine seu lançaço. Então, esse é o regulamento da gestão do espaço: quem chegar primeiro aos pesqueiros conhecidos tem o direito de dar o lançaço inicial e depois sair para que a outra equipe de trabalho possa fazer uso e assim sucessivamente, utilizando o espaço comunal.

O ato do respeito a essa regra torna-se fundamental para a convivência dos grupos de trabalhadores pesqueiros no mar-de-dentro, criando um código de honra (Cordell, 1989; 2002) e um modo comum de uso das águas. Todavia, já houve momentos em que esse acordo foi descumprido como nos narrou um dos pescadores:

Há as disputas pelos locais de dar lançaço. Por acaso, se você chegar num pesqueiro primeiro do que o outro aquele não pode ir pra onde você tá. Se ele considerar você, ele não pode ir. Agora alguns vão. Tão indo, mas tão indo errado, porque você chegou primeiro do que eles. Aí tem bronca! Se um cara considera o outro, ele não vai. Na maioria das vezes os mestres respeitam, mas quando um descumpre, o negócio termina, às vezes, parando na delegacia. Teve uma época que alguns mangoteiros não queriam respeitar e as pessoas reclamaram, aí, foram parar na delegacia. Vê! O cara que chegava de frente não podia fazer o lançaço, porque o que chegava por derradeiro queria dar o lançaço. Isso não pode! (Severino dos Santos, 36 anos, pescador de Itapissuma).

Um bom mestre não é só o que entende da navegação e dos ciclos naturais, mas é também aquele que respeita as regras estabelecidas de regulamentação e ordenamento do espaço pela própria comunidade. Ao quebrar esse código de honra comunitário, o mestre pode perder o respeito dos outros mestres e, em algumas situações, da sua própria tripulação.

Frente ao que foi exposto, não se pode admitir, como normal, a ação de um outro mestre invadir com seus companheiros de atividade uma área de trabalho já ocupada por uma outra tripulação, posto que isso é uma violência a toda uma comunidade. Quando se faz isso se ofende não apenas as pessoas que já se encontravam, inicialmente, em determinado espaço. Atinge-se, acima de tudo, toda uma tradição que sedimenta a prática da pesca artesanal. Dessa maneira, “se um cara considera o outro, ele não vai” (Severino), porque isso é algo que deve ser sempre respeitado, enquanto uma regra do jogo: um elemento regulador da apropriação pesqueira sobre o território aquático e um princípio de convivência dos seres humanos com o mar e entre eles mesmos. Ou seja, negligenciar uma ética pesqueira que fundamenta e confere valor ao trabalho dos homens em seus barcos e em suas baiteiras no processo de labuta, leva ao rompimento das normas de lealdade, cumplicidade e igualdade prevalentes nas comunidades pesqueiras, que foram passadas de pai para filho, herdadas de geração em geração¹⁴. E “isso não pode!” (Severino) acontecer.

Mesmo que tal situação dê-se como mais ênfase na

¹⁴ O antropólogo Cordell (2001) descreve algo semelhante na pesca estuarina no sul da Bahia: “os pescadores de canoa aceitam como normal uma certa competição e desordem na definição dos limites dos pesqueiros. A tolerância em relação a esses limites depende da medida como os competidores estejam ligados pelo código de honra. Dentro desses limites, que variam entre indivíduos e grupos, os pescadores tentam maximizar a chance de êxito na pesca. Não é fora do comum mestres oferecerem bebida a tripulações competidoras, no intuito de que fiquem bêbadas e não consigam chegar a tempo nos pes-

pesca estuarina, em Suape (mar alto) ela não deixa de existir, como foi mostrado na fala do pescador suapense Luiz da Silva, anteriormente. Há, também, o mesmo código de conduta, pois quem chega primeiro tem o direito de dar o primeiro lançamento.

Só não pode ir na frente quem chega por derradeiro. Quem chegar primeiro dá o lançamento na frente (Zé Véio, 38 anos, pescador de Suape).

Esse fenômeno também foi percebido pela antropóloga Elina Pessanha (2003: 71) quando ela estudou pescadores de Itaipu, Rio de Janeiro:

Tem direito à vez de pescar, em princípio, quem “chega primeiro”. Nas pedras, nas ilhas e na lagoa, quem chega a um determinado ponto de pesca e marca sua vez tem o direito de dispor desse ponto até completar a captura, ou enquanto tenta pescar.

Sendo assim, disputas e compartilhamentos de acesso aos pesqueiros são aceitos, e estratégias são usadas para ambos. Nesse universo, a caçara (local de reparo de barcos e redes, espaços onde ocorrem os jogos de dominó e bate-papo próximo ao mar) tornam-se uma área cujo convívio reflete, de alguma maneira, as estratégias de uso do território aquático, pois nela são feitas avaliações de outras tripulações, escutam-se informações alheias, repasse coletivamente rotas náuticas, combina-se usos do espaço comunitário e até contam-se “mentiras” (“peguei enormes peixes em tal local”) para afugentar outras tripulações dos pesqueiros ocultados por um mestre.

De alguma maneira, todos os contextos representativos da pesca (marcação, leitura do ambiente, usos territoriais individual e coletivo, ensinamentos passado aos mais jovens) encontram, na prática da mestrança, seus momentos mais significativos.

Assim como o bote, a marcação, as “pedras”, a “consciência”, a *mestrança* é um fenômeno do âmbito prático, produtivo, recoberto de significados atribuídos pela tradição. Como prática, a *mestrança* [grifos da própria autora] é o fundamento da organização do trabalho a bordo, incorporando à pessoa do mestre enquanto responsável pela pesca, a família, as tripulações, a confiança, a competição e a distribui-

ção do conhecimento e informação que, a ele, cabe administrar. Do ponto de vista simbólico, a construção da pessoa do mestre e a sua legitimidade remetem à hierarquia, ao igualitarismo e ao segredo (Maldonado, 1994:135).

Na pesca artesanal, ambos (a família e a pessoa do mestre) são indissolúveis para a edificação e conservação da ética pesqueira. Sem a junção da família e da mestrança, questões como a reciprocidade, cooperação, igualdade, hierarquia e o segredo ganhariam em tensão e explodiriam em conflitos. Até o uso dos barcos e redes, propriedades privadas, é assentado sob a base da parceria (ou companhia em algumas regiões), em que o parentesco, a amizade e o compadrio tecem regras de utilização desses instrumentos.

Fruto da maritimidade, a pesca suapense precisa da relação familiar e de amizade para superar, dentre outros aspectos, as dificuldades sociopsicológicas que se dão no momento em que se está em mar alto, dentro de uma embarcação sem maiores sofisticções tecnológicas, e por dias. Em Itapissuma, a tensão expressa-se, algumas vezes, na acentuada vontade de chegar primeiro aos pesqueiros, entre barcos no estuário.

Não só descobrir os pesqueiros e saber utilizar os territórios comunitários, mas, antes disso, conseguir manter a tripulação íntima do sentimento de irmandade é um papel prioritário a ser estimulado, reforçado e conquistado pelo mestre junto aos seus homens. E isso adquire menor resistência e maior facilidade na medida em que se têm parentes e amigos históricos na embarcação. Nesse sentido, os laços de parentesco e a prática da mestrança amparam-se, alimentam-se e se projetam umbilicalmente, reforçando também os laços de pertencimento com o território aquático.

3. NOMEAÇÃO, MARCAÇÃO E IMPACTOS AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO AQUÁTICO

Observar, portanto, o mestre e aprender seus ensinamentos é assinalar, na prática de trabalho, uma relação mais intensa de envolvimento com o mar e com os ho-

queiros” (Idem: 149). A utilização da bebida enquanto manobra de enfraquecimento da tripulação oponente, que é descrita na citação, não desqualifica o mestre, pois além de ocorrer num campo teoricamente neutro não desrespeita e nem infringe regras morais, no intuito de pô-las em xeque. Aliás, a ação desenvolvida pelo mestre baiano pode gerar respeito, devido à sutileza e ardis que envolve o fato em questão. Situação completamente distinta da ocorrida na história mencionada pelo pescador Severino dos Santos, de Itapissuma, PE.

mens que dela fazem parte, (re)afirmando elementos ordenamento e gestão pesqueira. Assim, o ato de olhar o mestre, principalmente em atividade, acaba sendo requisito para que os pescadores mais jovens possam ver o mar ganhar sentido e significado e, o pescador maior cumplicidade com tal recurso natural e com suas formas de apropriação.

Tal fato é narrado a seguir pelos pescadores de Itapissuma e Suape:

Em determinado tempo, indo. A gente vai seguindo aqueles mais velhos, mestres. “Bota uma linha ali!”. “Ferrei o peixe!”. “Aí, mergulha, vai lá e diz: “é uma pedra grande”. “Marca aí pelas terras!”. A marcação é pelas terras. Você vê um morro aqui. Vê esse outro morro aqui. Então, a pedra é aqui. Aí, você diz: “é esse morro aqui, pegando com esse”. Aí, sai botando o nome dos morros e nos pesqueiros. Como tem vários morros, são muitas marcas. Pra pescar mesmo, é pelas marcas na terra (Alberis de Paula, 47 anos, pescador de Suape)

Os mestres ajudaram nessa marcação. Eles marcam por uma coisa. Sempre tem algo pra se marcar um pesqueiro. Às vezes, entre uma casa e uma árvore. Qualquer coisa você marca. Muitos desses locais de dar lance têm nomes. Outros não têm, mas a turma inventa. Tem Frutuoso, Ponta da Esteira, Camurin, Espalhado. Isso é tudo nome de lance (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador de Itapissuma)

O acontecimento de colocar nomes em áreas do mar, os pesqueiros, projeta sobre essas áreas as histórias de homens, pois a substantivação de um lance é conferida a partir de uma homenagem a quem o descobriu, normalmente o nome de um mestre, um determinado fato ocorrido ou uma característica natural do local. Assim, no instante em que o mar é nomeado, instaura-se um envolvimento pessoal com o mesmo, quebrando-se uma relação de impessoalidade ao se formar um elo de pertencimento. Ademais, essas nomeações revelam formas de apropriação coletivas do espaço aquático, posto que a posse comum delas reverberam no conhecimento público de seus nomes, gestando pertencimentos comunitários.

O mar-de-dentro e o mar-de-fora deixam de ser espaços para se transformarem em lugares, porque o espaço representa algo amplo, imenso e sem demarcações claras, e é a constituição de um sentimento de lugar, que confere concretude ao espaço aquático, enquanto desdobramento de uma territorialidade.

É a partir de uma territorialidade que o ser pescador apropria-se e mantém um certo controle sobre determinados espaços, intercalando momentos individuais e coletivos de uso, enquanto resultado de estratégias de sobrevivência material, fazendo-o lugar e, com isso, o dotando do sentimento de pertença (Maldonado, 1994).

Ademais, o que as narrativas dos pescadores sobre o aprendizado junto ao mestre também revelam é a existência de um mecanismo comum usado por eles para marcar os pesqueiros, tanto em Itapissuma quanto em Suape. Esse sistema é conhecido pelo método de marcação triangular, que foi descrito, inicialmente, por Cascudo (1957), a partir das experiências de pesca dos jangadeiros nordestinos, sendo, posteriormente, replicado por Formam (1970) quando este também estudou a mesma categoria social. Esse sistema de marcação também é mencionado por Furtado (1993) em relação aos pescadores da região amazônica, reforçando a idéia de que essa forma de mapeamento não é de exclusividade dos pescadores marítimos.

Tal marcação apresenta-se nas falas dos pescadores itapissumenses e suapenses, que clareiam a mesma metodologia de incorporação territorial. Ou seja, a terra é um ponto importante de marcação, pois “entre uma casa e uma árvore” (Abiezer, pescador de Itapissuma) está um pesqueiro. Nas águas, localizam-se os bancos de pesca referendados nos pontos da terra: “aí, você diz: ‘é esse morro aqui pegando com esse’” (Alberis, pescador de Suape) e o local está no meio de ambos, olhando do mar para o continente.

A construção do mapa cognitivo, realizado por pescadores, não pode estar, nos locais de Itapissuma e Suape, dissociada dos impactos ambientais provocados nesses últimos decênios, como a construção de um Complexo Portuário e de um *resort* em Suape¹⁵; e como a instalação de

¹⁵ Quanto às implicações provocadas pelo Porto de Suape (instalado em 1978 e ampliado na primeira metade de 1990) e pelo hotel (construído no início da segunda metade de 1990) nos ecossistemas costeiros, só a chegada do primeiro empreendimento, que contou com R\$ 200 milhões em investimentos do Poder Público Estadual e Federal, representou a devastação de mais de 600 hectares de mangue, destruição de arrecifes e a mudança no curso d'água do rio Ipojuca. O segundo, ocupou 150 hectares de área costeira, depredou cerca de 20 hectares de mangue e recebeu R\$ 40 milhões do Projeto Costa Dourada. Ademais, o impacto dessas ações estimuladas pelas políticas públicas sobre o principal meio de produção da pesca explicita-se na queda de 65% da produção pesqueira em Suape, pois se estimava

uma fazenda de camarão¹⁶ e a poluição agroindustrial do Canal de Santa Cruz em Itapissuma. Mais do que no passado, o ordenamento espacial é feito segundo mudanças que exigem uma reconstrução da marcação territorial.

Hoje tem pouca parte que eu pescava antes. Acho que foi a dragagem (do porto) que acabou e eu tive que escolher outros locais para pescar (Graciliano, 32 anos, pescador de Suape)

Os locais de pescar mudaram, porque não dão mais peixes como davam. Tem muita gente que pesca neles e também tem empresas que poluem com coisas fedorentas que matam os peixes e isso acaba com muita criação, com muita mesmo (Luís de Gonzaga Filho, 44 anos, pescador de Itapissuma).

Os recursos naturais aquáticos e o espaço terrestre litorâneo ganham conformação de acordo com a moldura delimitada pelos interesses expansionista do capital, que, em alguns casos, pode representar a extinção da pescaria exercida artesanalmente e, em outros, um cenário, na grande maioria das vezes, recheado de implicações adversas que incidem sobre a vida dos pescadores e o melhor desempenho de seu trabalho. Contudo, em sua grande maioria, ao atingir os locais de produção de pescados, a expansão urbano-industrial, obviamente, introduziu também um mosaico de novas condições – repletas de precariedades ambientais contra as quais os pescadores devem lidar. Quando essa realidade muda, é necessário reformular o ato do trabalho, na sua etapa planejadora (teleológica), na busca de novos espaços pesqueiros, novos locais de pesca e (re)afirmar laços de usos individuais e comuns com o mar e o estuário.

Os locais onde a gente pescava mudou, mudou tudinho. Tem que ir lá pra alto mar, devido ao porto (Zé Véio, 48 anos, pescador de Suape)

Esse negócio de viveiro pra camarão tá acabando com o rio. Aí solta aquelas águas podres no rio pra dentro do Canal. Aquilo é ruim, acaba com os peixes. Também foi a poluição do rio, o cloro. A carga da usina. Tudo isso acaba com o rio. Fica tudo fraco no rio. Tem que pro-

curar outros locais para dar lanço (João da Luz, 40 anos, pescador de Itapissuma).

Criar alternativas é descobrir pesqueiros e/ou cardumes que se movimentam em locais não tão afetados pela poluição ou pelas alterações impostas pelo porto. Assim, “navegar é preciso” em busca da própria sobrevivência, respondendo às causalidades resultantes dos resíduos químicos e da instalação do porto, provocadoras de modificações no ritmo, na presença, quantidade, qualidade e movimentação da produção pesqueira. Exerce-se, desse modo, o ato de criação na esfera do trabalho, que indica horizontes possíveis à reprodução social dos pescadores artesanais e com o qual se busca (re)organizar territórios de uso.

Embora todos os produtos do pôr teleológico surjam de modo causal e operem de modo causal com o que sua gênese teleológica parece desaparecer no ato de sua efetivação, eles têm, porém, a peculiaridade puramente social de se apresentarem com o caráter de alternativa (Lukács, 1979: 81).

O cotidiano de trabalho dos grupos de pescaria é sedimentado pela interação dialógica com os elementos que estão além do espaço local e que são marcados pelas demandas de uma economia cada vez mais integrada às vontades do capital, expressas de formas variadas, mas que se assemelham pelo poder de intervir na atividade e na vida das pessoas que precisam da captura de pescados. Por isso, a gestão das águas vem passando por constantes reafirmações para que os pescadores possam se apropriar das potencialidades do ambiente aquático, e isso faz com que o uso comum e/ou dos locais segregados das águas enfrentem momentos de reorganização frente aos contextos frizados. Tanto o Complexo Portuário e o *resort* em Suape quanto a fazenda de camarão e a poluição urbano-industrial em Itapissuma, levaram a construção de uma outra territorialidade imposta pelo capital, que nega, em vários instantes, os usos territoriais projetados pelo modo de vida dos pescadores artesanais.

Então, para entender a pesca artesanal é preciso percebê-la inserida numa trama complexa de conflitos e como

que, antes da ampliação do Porto, produzia-se cerca de 1.400 Kg de pescados ao dia e que, hoje isso caiu para menos de 1/3 (Braga, 1989; Lima & Lima, 1997). Tal fato deve-se, acima de tudo, à perda de grandes quantidades de áreas de mangue, berçário de diversas espécies marinhas.

¹⁶ Recentemente, a instalação, em 300 ha do ecossistema estuarino, de uma empresa para cultivo de camarão no Canal de Santa Cruz destruiu, em sua construção, vários hectares de mangues, com vista a ocupá-los com viveiros no ano de 1999.

uma reorganização de seu campo produtivo que superam (e muito) o universo pesqueiro. Até mesmo porque o envolvido por uma teia de situações que operam fora de sua dinâmica produtiva, mas que a atinge, profundamente, como desdobramento do impacto sobre seu principal meio de produção, os recursos naturais aquáticos. Assim, o trabalho e a existência do pescador não podem ser extraídos de um cenário do qual fazem parte na qualidade de sujeitos e objetos.

Formas de uso individual e comunal, portanto, acabam sofrendo influências negativas dos impactos ambientais em Suape e Itapissuma, por perderem em produtividade. Os pescadores (re)apropriam-se do território aquático, em várias localidades, para que possam continuar a sobreviver, mostrando que a utilização territorial não é fixa, pois isso poderia condenar a existência desses trabalhadores do mar e do estuário. Reproduzir-se, socialmente, é recriar novos mapas, sistemas de marcação, manejos segredados e comunais das águas, ancorando-se na lógica tradicional do trabalho e no sentimento de pertença gestados no cotidiano dos trabalhadores da pesca artesanal. O trabalho é categoria fundante dos modos de uso territorial mediado pelos atos e as práticas de pertencimento comunitário, que interagem com condições objetivas impostas pelas transformações aludidas.

Na pesca artesanal de Itapissuma e Suape, a flexibilidade de uso do mar-de-dentro e do mar-de-fora e a utilização plural do território pesqueiro (individual e coletivamente), alimentam-se e tornam-se aspectos essenciais à manutenção do modo de vida dos pescadores artesanais dessas localidades, cuja força permite a continuidade dessas populações pesqueiras ao longo do tempo.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para finalizar, acredito que é importante retomar algumas questões que foram debatidas no decorrer deste texto e que podem ser agrupadas da seguinte forma:

1) os mestres de pescaria cumprem papel essencial para instauração, difusão e/ou reforço do sentimento de pertença entre os próprios pescadores e deles para com as áreas estuarinas e marítimas. Os mestres são os mais qualificados portadores das práticas de pertencimento, das técnicas de manejo, de usos territoriais e dos acordos éticos comunitários de trabalho. Pelos mestres passam toda uma cadeia de mediações materiais e simbólicas dos pescadores de Itapissuma e Suape.

2) não há uma única valorização de gestão do espaço aquático, mas uma complexidade de usos, ora de apropriação individual, ora de uso comunitário dos pesqueiros, que podem mudar – ao longo dos anos – em decorrência da descoberta e abandono de lanços. Algumas formas de pescaria (mangote, por exemplo) não se dissociam da posse comum, porém outras (espera, linha, tarrafá) estabelecem diálogos múltiplos com as águas (individual e comunal), fato que permite, a partir dessa flexibilidade, buscar respostas frente aos impactos ecológicos e dirimir algumas tensões internas do próprio grupo. Neste último caso, possuir pesqueiros protegidos pelo segredo acabam minimizando, por um lado, a intensa captura de pescados e, de outro, possíveis conflitos que possam ocorrer no uso das áreas coletivas, devido ao número de embarcações que possam dirigir-se para os lanços comunais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITTO, R. C. de C. Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ). Niterói: EDUFF, 1999.
- CASCUDO, L. da C. Jangadeiros. Rio de Janeiro: SAI, 1957.
- CORDELL, J. A sea of small boats. Massachusetts: Cambridge, 1989.
- _____. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. DIEGUES, A. C. & MOREIRA, A. de C. (Org.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.
- DIEGUES, A. C. Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte, Brasil. In: Imagem das águas. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FURTADO, L. G. Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- GODOI, E. P. O trabalho de memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MALDONADO, S. C. *Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1994.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PESSANHA, E. G. da F. *Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu*. Niterói: Eduff, 2003.

RAMALHO, C. W. N. *Pescadores artesanais e o poder público: um estudo sobre a Colônia de Pesca, de Itapissuma, PE*. (Monografia em Sociologia Rural. Recife, UFPE, 1999.

RAMALHO, C. W. N. "Ah, esse povo do mar!": trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. Recife: UFPE, 2002.